

18. Emissão de parecer ao pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública à Fundação António Fernandes Silva - Mestre Casais.

Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, proposta no sentido de ser emitido parecer favorável ao pedido de atribuição do Estatuto de Utilidade Pública à Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais, com sede na Casa da Quinta do Souto, Rua Lugar do Souto, Parada de Tibães, nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho - Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 97815

Data: 02/10/2024

Assunto: Emissão de parecer pela Câmara Municipal para os efeitos previstos no artigo 8º alínea d) da Lei nº 36/2021, de 14 de junho - Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública - Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal:	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despacho
O Presidente
O(a) Vice-Presidente , à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

I. Considerando que:

1. A Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais, sediada nesta cidade, veio solicitar a emissão de parecer fundamentado desta Câmara Municipal, que lhe permita requerer o pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 8.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, devidamente instruído, com fundamento na sua «*natureza, idoneidade e atividades*» realizadas;
2. O enquadramento da pretensão no disposto no artigo 4º da referida Lei Quadro do Estatuto de Utilidade pública;

II. ENQUADRAMENTO LEGAL

O artigo 4.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, que aprova a Lei-quadro do Estatuto de Utilidade Pública, estabelece o seguinte:

“1 - O estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se fins relevantes para atribuição do estatuto de utilidade pública:

a) Aqueles que se traduzam no benefício da sociedade em geral, ou de uma ou mais categorias de pessoas distintas dos seus associados, fundadores ou cooperadores, ou de pessoas com eles relacionadas, e que se compreendam em algum dos setores referidos no número seguinte; ou

b) No caso das associações e das cooperativas:

i) Aqueles que se traduzam primariamente, mas não exclusivamente, no benefício dos seus associados ou cooperadores, desde que estejam compreendidos em algum dos setores referidos no número seguinte e se o número mínimo de associados ou de cooperadores determinado no artigo 7.º se encontrar verificado;

e) Ensino ou educação;

f) Cidadania, igualdade e não discriminação, defesa dos direitos humanos ou apoio humanitário;

g) Juventude;

h) Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento;

i) Saúde;

j) Proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e extinção de incêndios;

k) Investigação científica, divulgação científica ou desenvolvimento tecnológico;

l) Empreendedorismo, inovação ou desenvolvimento económico e social;

m) Emprego ou proteção da profissão;

n) Ambiente, património natural e qualidade de vida;

o) Bem-estar animal;

p) Habitação e urbanismo;

q) Proteção do consumidor;

r) Proteção de crianças, jovens, idosos ou outras pessoas em situação de vulnerabilidade, física, psicológica, social ou económica;

s) *Políticas de família.*

4 - *O estatuto de utilidade pública não pode ser atribuído a pessoas coletivas que, na prossecução dos seus fins, atuem predominantemente, ainda que não de forma exclusiva, em algum dos seguintes setores:*

a) *Político-partidário, incluindo associações e movimentos políticos;*

b) *Sindical;*

c) *Religioso, de culto ou de crença, incluindo a divulgação de doutrinas e filosofias de vida.”*

III. FUNDAMENTAÇÃO:

1. O estatuto de utilidade pública só pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local, e que cooperem nesse âmbito com a administração central, regional ou local;

2. O estatuto de utilidade pública visa incentivar o associativismo, dotando-o de alguns meios para a valorização e expansão da sua atividade, e é atribuído, caso a caso, a pedido do interessado, desde que se verifiquem, cumulativamente os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 8.º da já citada lei;

3. A Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais foi constituída em 29/12/2020 e é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, com sede na Casa da Quinta do Souto, Rua Lugar do Souto, Parada de Tibães;

4. A referida Fundação tem por fins primordiais:

- *Contribuir para a promoção da Sustentabilidade Humana e da Sustentabilidade Ambiental, através do desenvolvimento e partilha de conhecimento num processo ininterrupto de elevação da sabedoria humana, habilitando a sociedade a enfrentar os desafios futuros num propósito de preservação da harmonia e equilíbrio entre o ser humano (a sociedade), o planeta (o meio ambiente), e o desenvolvimento económico;*

- *Promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico, e a inovação para sensibilizar e disseminar informação que fomente a adoção de materiais e soluções que promovam a saúde, a inclusividade e o bem-estar Humano na interface com o edificado, e por sua vez a harmonia do edificado com o Ambiente Natural;*

- *Elucidar a sociedade sobre os efeitos e impactos das alterações climáticas, visando a proteção e a manutenção da operacionalidade dos organismos, da sociedade, do nosso modo de vida, prevenindo a desigualdade e a desagregação social;*

- Promover a expressão organizada do exercício da cidadania e as boas práticas para atingir as ambições de saúde e bem estar humano, equilíbrio com a natureza, neutralidade carbónica, qualidade do meio ambiente, circularidade e interdependência económica, valorização dos sistemas naturais, enquanto pilar multidimensional essencial para garantir o longo prazo: a qualidade dos recursos, inclusivamente os humanos, territoriais, materiais e ambientais, numa vida em sociedade mais informada, mais integrada, mais participativa, mais inclusiva, mais produtiva e humanamente enriquecedora.

5. As atividades da Fundação Mestre Casais organizam-se em torno de um conjunto de programas estratégicos: o programa de estudos, o programa de conferências, o programa de debates, o programa de publicações de ensaios, o programa de formação e os prémios de jornalismo em sustentabilidade;

6. A Fundação Mestre Casais, colaborou e colabora em diversos projetos e iniciativas em parceria ou colaboração com esta Câmara Municipal, a saber:

- ✓ A Fundação integra, a convite da Câmara Municipal, o Conselho Local de Habitação, o que acontece desde 2022;
- ✓ A Fundação organizou a conferência “Transferência Tecnológica para as empresas de construção”, que se integrou na 6.ª Semana da Economia da Câmara Municipal de Braga, realizada no Altice Forum, em 2023;
- ✓ A Fundação participou na “European Mobility Week” da cidade de Braga, em 2023, nomeadamente no contexto do Pacto de Mobilidade Empresarial de Braga, dinamizado pela Câmara Municipal de Braga;
- ✓ A Fundação organizou em 2023 um importante debate com relevância para a cidade, com o apoio da Câmara Municipal, intitulado “Trílogo para a sustentabilidade: turismo sustentável”;
- ✓ A organização da “FMC-Talks”, traz este ano a Braga importantes personalidades na qualidade de oradores, proporcionando debates muito vivos e enriquecedores, com inequívoco interesse para a sociedade;
- ✓ A Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais, tem promovido a publicação de estudos e ensaios, sendo disso exemplo a «Regionalização e Descentralização em Portugal», de 2023;

7. A Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais tem objetivos claros, definidos e pretende desenvolver projetos como o Observatório da Sustentabilidade do Setor da Construção ou a nova sede, que incluirá um roteiro de sustentabilidade;

8. É indubitável que desde a sua criação, a Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais tem desenvolvido a sua atividade em prol da difusão de conhecimento, enfatizando o debate livre, isento e transparente em torno das temáticas da sustentabilidade, nas suas dimensões ambiental, social e económica.

9. A Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais, merece, por essa razão, todo o reconhecimento pela comunidade, uma vez que, os fins que visa prosseguir são os fins e interesses públicos que são cometidos ao Estado e à própria Administração Pública, constituindo-se, pois, num aliado de valor imprescindível.

Considerando assim:

Que a utilidade pública da Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais é incontroversa e que preenche os requisitos previstos na Lei-quadro do Estatuto de Utilidade Pública, Lei n.º 36/2021 de 14 de junho, estando assim em condições de ser declarada como instituição de utilidade pública.

PROPÕE-SE:

- **Que a Câmara Municipal de Braga emita parecer favorável à atribuição do Estatuto de Utilidade Pública à Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais, pessoa coletiva n.º 516251945 com sede na Casa da Quinta do Souto, Rua Lugar do Souto, Parada de Tibães, nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho.**

O Presidente da Câmara Municipal

Anexos:

- 1. Constituição de Fundação**
- 2. Estatutos da Fundação António Fernandes da Silva – Mestre Casais**
- 3. Reconhecimento de fundação e Designação de órgãos sociais**

Estatutos da fundação

FUNDAÇÃO ANTÓNIO FERNANDES DA SILVA - MESTRE CASAIS

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Denominação, duração, sede e âmbito de atuação

1. A Fundação 'António Fernandes da Silva - Mestre Casais' é uma pessoa coletiva privada, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.
2. A Fundação é instituída pela sociedade CASAISINVEST – GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS S.A. (Instituidora) por tempo indeterminado.
3. A Fundação tem a sua sede na Casa da Quinta do Souto, Rua Lugar do Souto – Souto, 4700-765 Parada de Tibães, sito na União das Freguesias de Merelim (São Paio), Panóias e Parada de Tibães, concelho de Braga.
4. A Fundação desenvolve as suas atividades em Portugal e em qualquer outro País no qual a Administração entenda conveniente.

Artigo 2º

Fins e atividades

1. A Fundação tem por fins primordiais contribuir para a promoção da Sustentabilidade Humana e da Sustentabilidade Ambiental, através do desenvolvimento e partilha de conhecimento num processo ininterrupto de elevação da sabedoria humana, habilitando a sociedade a enfrentar os desafios futuros num propósito de preservação da harmonia e equilíbrio entre o ser humano (a sociedade), o planeta (o meio ambiente), e o desenvolvimento económico;

Promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico, e a inovação para sensibilizar e disseminar informação que fomenta a adoção de materiais e soluções que promovam a saúde, a inclusividade e o bem-estar Humano no Interface com o edificado, e por sua vez a harmonia do edificado com o Ambiente Natural;

Elucidar a sociedade sobre os efeitos e impactos das alterações climáticas, visando a proteção e a manutenção da operacionalidade dos organismos, da sociedade, do nosso modo de vida, prevenindo a desigualdade e a desagregação social;

Promover a expressão organizada do exercício da cidadania e as boas práticas para atingir as ambições de saúde e bem estar humano, equilíbrio com a natureza, neutralidade carbónica, qualidade do meio ambiente, circularidade e interdependência económica, valorização dos sistemas naturais, enquanto pilar multidimensional essencial para garantir o longo prazo: a qualidade dos recursos, inclusivamente os humanos, territoriais, materiais e ambientais, numa vida em sociedade mais informada, mais integrada, mais participativa, mais inclusiva, mais produtiva e humanamente enriquecedora.

2. A Fundação tem como fim secundário exprimir e concretizar junto dos seus colaboradores e das comunidades em geral, o compromisso de responsabilidade social da Instituidora, de preservação do legado de valores culturais, de igualdade, compaixão, justiça social e de pertença à comunidade 'Casais'.
3. Para prossecução dos seus fins, a Fundação propõe-se desenvolver as seguintes atividades, considerando os seus domínios prioritários de intervenção a Sustentabilidade Humana e a Sustentabilidade Ambiental, em particular no interface destas dimensões com os domínios da engenharia, da arquitetura, da construção e da promoção imobiliária:
 - a. Apoiar a educação, a formação, a investigação e a inovação nos domínios prioritários de intervenção.
 - b. Apoiar e promover iniciativas na área do ambiente e ação climática, a criação de redes de partilha de informação e conhecimento que criem valor e sinergias, para integração de critérios de desempenho ambiental nos diversos sectores económicos.
 - c. Implementar programas inovadores que apoiem a promoção e o desenvolvimento de projetos piloto, criação de redes de simbiose, diversificação de modelos de negócio e oportunidades com ganhos competitivos relevantes, com destaque para a redução de impactos ambientais e com contributos para a neutralidade carbónica, a economia circular, a valorização transversal dos recursos e a criação de valor sustentado.
 - d. Estudar e acompanhar a evolução das tendências sociais, económicas e culturais, identificando impactos e impulsionando a proposta de modelos de planeamento urbano, de ordenamento do território e soluções de edificado construído que respondam às novas necessidades.
 - e. Apoiar a disseminação e a adoção de novos modelos de negócio, métodos e soluções construtivas standardizadas mais flexíveis e adaptáveis aos ciclos da mudança (*"design for change"*), que minimizem o desperdício e os resíduos, transformando-os num ativo reutilizável com valor conferido pelos princípios da economia circular.
 - f. Estudar os drivers da transição energética e identificar os impactos no modo de vida das pessoas e no funcionamento das organizações.
 - g. Promover estudos e divulgação de informação para sensibilizar a sociedade sobre os impactos das alterações climáticas, identificando nomeadamente áreas mais suscetíveis a eventos catastróficos de natureza ambiental, tais como inundações, erosão dos solos e da orla costeira, seca extrema, ventos ciclónicos e incêndios florestais que ponham em causa a vida humana, a segurança alimentar e o ecossistema natural (fauna e flora).
 - h. Promover a identificação e divulgação dos fatores de natureza física e psicológica que emergem da utilização das infraestruturas e edificado construído, que impactam a saúde dos seus utilizadores, e fomentar o desenvolvimento e divulgação de soluções que melhorem o bem-estar humano no interface com o edificado construído.
 - i. Desenvolver iniciativas e estimular a aplicação de princípios como o CSV (*Creating Shared Value* - Criação de Valor Partilhado) a todos os *stakeholders* da fileira, privilegiando os valores da colaboração e promovendo a capacitação de uma comunidade crescente de parceiros que adotem e respeitem os mesmos princípios de ética e sustentabilidade.
 - j. Instituir bolsas e prémios
 - k. Apoiar instituições cuja atividade e propósito visem os fins da Fundação.
 - l. Apoiar e promover ações de responsabilidade social, de apoio ao investimento social e educacional.
 - m. Aprofundar o estudo dos temas acima referidos, bem como de outros que se revelem relevantes tendo em conta os fins da Fundação, contribuindo para o avanço do conhecimento e para a divulgação de informação junto das comunidades.

4. As atividades promovidas pela Fundação são enquadradas e refletem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas considerados estratégicos para a Instituidora.

REGIME PATRIMONIAL E FINANCEIRO

Artigo 3º

Património e receitas

1. O património inicial é constituído pelo valor pecuniário de € 250.000 (duzentos e cinquenta mil euros), atribuído pela sua Instituidora CASAISINVEST – GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS S.A..
2. Para além da dotação patrimonial inicial, fazem parte do património da Fundação os subsídios e outros apoios financeiros e ainda quaisquer receitas resultantes do exercício da sua atividade, assim como os bens e direitos adquiridos a qualquer título.

Artigo 4º

Autonomia patrimonial

A Fundação goza de autonomia patrimonial podendo, com subordinação aos fins para que foi instituída e salvaguardadas as limitações decorrentes da lei:

- a) Adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis;
- b) Aceitar doações, assim como heranças ou legados a benefício de inventário;
- c) Praticar todos os atos necessários à correta gestão e valorização do seu património.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 5º

Órgãos Sociais

1. São órgãos da Fundação:
 - a) O Conselho de Administração;
 - b) O Diretor Executivo;
 - c) O Fiscal Único.
2. O mandato dos titulares dos órgãos da Fundação tem a duração de quatro anos e é renovável até duas vezes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6º

Composição e designação

1. A administração da Fundação é exercida por um Conselho de Administração, composto por cinco ou sete titulares, um dos quais é presidente, designados pela Assembleia Geral da Instituidora.
2. O Presidente do Conselho de Administração é designado pelos membros do Conselho de Administração de entre si, e terá voto de qualidade.

Artigo 7º

Competências

1. Ao Conselho de Administração compete a representação da Fundação, a realização dos seus fins, a gestão do seu património, bem como de extinção da Fundação.
2. Compete, designadamente, ao Conselho de Administração:
 - a) Programar a atividade da Fundação;
 - b) Administrar e dispor do património da Fundação, nos termos da lei;
 - c) Aprovar o relatório e contas do exercício, após parecer do órgão de fiscalização;
 - d) Aprovar o plano de atividades e orçamento para o ano seguinte;
 - e) Aprovar os regulamentos internos de funcionamento da Fundação.
3. O Conselho de Administração pode delegar no órgão executivo o poder para praticar atos concretos, no âmbito das competências previstas nas alíneas a) e e) do número anterior.

Artigo 8º

Funcionamento

1. A forma de funcionamento e o regime de deliberações do Conselho de Administração são os previstos na lei.
2. O Conselho de Administração reúne ordinariamente com periodicidade mensal e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.

DIRETOR EXECUTIVO

Artigo 9.º

Designação e competências

Ao Diretor Executivo, compete assegurar as funções de gestão corrente e é designado pelo Conselho de Administração na primeira reunião do mesmo que tiver lugar.

FISCAL ÚNICO

Artigo 10.º

Designação

1. A fiscalização da Fundação é exercida por um Fiscal Único, que será Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designado pela Assembleia Geral da Instituidora.
2. Aquando da designação do Fiscal Único é designado um suplente, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.
3. O exercício de funções no órgão de fiscalização é incompatível com a titularidade simultânea de cargos de administração ou de gestão corrente da fundação.

Artigo 11º

Competências

Compete, designadamente, ao Fiscal Único:

- a) Fiscalizar a gestão e as contas podendo, para o efeito, consultar a documentação necessária;
- b) Emitir parecer sobre o relatório e contas do exercício;
- c) Emitir parecer sobre o plano de atividades e orçamento para o ano seguinte;
- d) Emitir parecer sobre quaisquer outros assuntos que os órgãos da Fundação submetam à sua apreciação;
- e) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.

EXTINÇÃO E DESTINO DOS BENS

Artigo 12º

Extinção da fundação

1. Para além das causas de extinção previstas na lei, a Fundação extingue-se por deliberação do Conselho de Administração, tomada por maioria qualificada de três quartos dos membros em exercício e em reunião convocada expressamente para o efeito.
2. O património remanescente após liquidação é entregue a uma associação ou fundação de fins análogos que seja uma das entidades abrangidas pelo artigo 10.º do Código do IRC, consoante aquilo que for deliberado em reunião do Conselho de Administração.